



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA DE PAU D'ARCO
GABINETE DO PREFEITO



EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 008/2024-PMPD/PA
OBRA COMUM DE ENGENHARIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00016.2024.040.01

Objeto:	Execução de obra comum de engenharia, tendo por fim e objetivo a conclusão do remanescente da construção da creche “Dom José Patrick” (obra inacabada).
Modalidade e forma de realização:	Concorrência na forma eletrônica, por meio do sistema de compras do governo federal, disponível no endereço: www.gov.br/compras/pt-br .
Critério de julgamento:	Menor preço, aferido de forma global.
Regime de execução:	Empreitada por preço global.
Orçamento estimado:	Não sigiloso.
Valor estimado (preço máximo):	R\$ 1.936.710,61.
Visita técnica:	Facultativa.
Modo de disputa:	Aberto e fechado.
Preferência ME/EPP e equiparados:	Sim.
Obtenção do edital:	O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis para acesso aos interessados no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP: www.gov.br/pncp/pt-br ; no sítio: www.gov.br/compras/pt-br e no sítio oficial da Prefeitura: https://pauarco.pa.gov.br , link licitações.
Esclarecimentos e impugnações:	Conforme item 5 deste Edital.
Apresentação das propostas:	Até as 09h00min, do dia 12/09/2024, exclusivamente por meio eletrônico.
Abertura da sessão pública:	A partir das 09h00min, do dia 12/09/2024 (início da sessão de disputa de preços).
Recebimento dos documentos de habilitação:	Apenas do licitante vencedor, mediante convocação em meio eletrônico.
Referência de tempo:	Horário de Brasília - Distrito Federal.
Condução do processo:	Valdejanio Santos Silva, Agente de Contratação (Decreto Municipal nº 30/2024).
Equipe de apoio:	Guilherme Nunes dos Santos, Evanildo Francisco Milhomem dos Santos e Mônica Rodrigues Feitosa (Decreto Municipal nº 30/2024).
Legislação de regência:	Lei nº 14.133/2021; Lei Complementar nº 123/2006; Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022; Decreto Municipal nº 148/2023 e Decreto Municipal nº 30/2024.
Informações:	As informações poderão ser obtidas através do e-mail: pauarcolicitacao@gmail.com .



EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 008/2024-PMPD/PA OBRA COMUM DE ENGENHARIA

1. PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE PAU D'ARCO/PA, por meio do seu representante legal, TORNA PÚBLICO que realizará LICITAÇÃO, via CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO, AFERIDO DE FORMA GLOBAL, para ter seu objeto executado sob o regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, nos termos das normas consubstanciadas na Lei nº 14.133/2021; na Lei Complementar nº 123/2006; na Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 e em outras legislações apropriadas, bem como no disposto pelo Decreto Municipal nº 148/2023, naquilo que for aplicável e, no que couber, pelo Decreto Municipal nº 030/2024, complementados pelas normas constantes deste Edital.

2. OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto a contratação pelo Município de Pau d'arco, através do seu representante legal de empresa para a execução de obra comum de engenharia, tendo por fim e objetivo, a conclusão do remanescente da construção da Escola Municipal de Ensino Infantil nomeada "Dom José Patrick", creche pré-escola, tipo 2 (220V/sapata), padrão FNDE, situada na Rua Pedro Paulo Barcauí, s/nº, Lote 02, Quadra 38, Setor Vila Paraíso, na Cidade de Pau d'arco, que se encontra paralisada com 19,51% de obra executada (obra inacabada), compreendendo, as seguintes parcelas ainda pendentes de execução: serviços preliminares; movimento de terras para fundações; fundações; superestrutura; sistemas de vedação vertical; esquadrias; sistemas de cobertura; impermeabilização; revestimentos internos e externos; sistemas de pisos; pinturas e acabamentos; instalação hidráulica; drenagem de águas pluviais; instalação sanitária; louças, acessórios e metais; instalação de gás combustível; sistema de proteção contra incêndio; instalação elétrica - 220V; instalações de climatização; instalações de rede estruturada; sistema de exaustão mecânica; sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA); serviços complementares e serviços finais; conforme as especificações contidas no ANEXO I - PROJETO BÁSICO e demais documentos que integram este Edital.

3. PREÇO DE REFERÊNCIA DA OBRA

3.1. O valor teto da obra objeto deste Edital, limitador das propostas dos licitantes é de R\$ 1.936.710,61 (um milhão, novecentos e trinta e seis mil, setecentos e dez reais e sessenta e um centavo). Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação.

4. FONTE DE RECURSOS

4.1. A obra licitada será custeada com recursos provenientes do Termo de Compromisso nº 202002999-1, firmado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e o Município, no âmbito do Plano de Ações Articuladas - PAR, cujo objeto é a construção de uma creche pré-escola tipo 2 (220V/sapata), repactuado com base no Termo de Compromisso de Conclusão de Obra - TCCO (Termo Aditivo de nova pactuação), firmado em 22/05/2024 e formalizado segundo a Lei nº 14.719, de 1º/11/2023 e com recursos orçamentários/ordinários do Tesouro municipal, conforme rubrica: 15 - Fundo Municipal de Educação; 12.361.0003.2-032 - Construção Reforma, Ampliação e Aparelhamento de Unidades Escolares; 4.4.90.51 - Obras e Instalações; Fonte 570, que tem por decorrência suprir as necessidades geradas pelo rompimento do Contrato nº 20200083, ocorrido em 19/09/2023, consequente da Tomada de Preços nº 2/2020-0005-PMPD, autuada no Processo Administrativo nº 019.2020.01.

5. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

5.1. Qualquer pessoa poderá impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimentos sobre os seus termos, através do e-mail: paudarcolicitacao@gmail.com, até o 3º dia útil que anteceder a data de abertura da sessão pública.



5.2. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital o interessado que não o fizer até o 3º dia útil que anteceder a data de abertura da sessão pública.

5.3. O Prefeito, responderá aos pedidos de esclarecimentos ou impugnação no prazo de até três dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura da sessão pública, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração deste Edital e de seus anexos.

5.3.1. Excepcionalmente e devidamente justificado, o prazo para resposta dos pedidos de esclarecimentos ou impugnação poderá ser prorrogado até o último dia útil anterior à data da abertura da sessão pública, promovendo-se, se for o caso, o adiamento da sessão.

5.4. A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo Prefeito nos autos do processo de licitação.

5.5. As respostas referentes às dúvidas e às impugnações, serão disponibilizadas diretamente no sítio eletrônico <https://paudarco.pa.gov.br>, no link correspondente a esta licitação e no Sistema de Compras do Governo Federal, disponível no endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br, dentro do prazo estabelecido no subitem 5.3 retro, e vincularão os participantes e a Administração, podendo ser acessadas por todos os interessados e serão juntadas aos autos do processo licitatório.

5.6. As respostas às impugnações contra este Edital, quando acolhidas, implicarão nova divulgação na mesma forma de sua publicação inicial, observado o prazo fixado no art. 55, inc. II, alínea "a" da Lei nº 14.133/2021, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não comprometer a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

5.7. Não serão respondidos questionamentos orais (através de telefone).

6. CLÁUSULA DE ADESÃO

6.1. A proposta inserida no sistema e mantida até a abertura da sessão pública implica, independentemente de declaração expressa por parte do licitante, a aceitação integral dos termos deste Edital, seus anexos e instruções, bem como a observância dos regulamentos administrativos e das normas técnicas, gerais ou especiais, aplicáveis. Obriga, ainda, à observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

7. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

7.1. Observado o disposto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, serão admitidas a participar desta licitação as pessoas:

7.1.1. Que atendam às exigências deste Edital e seus anexos;

7.1.2. Em consórcios que satisfaçam os requisitos previstos no art. 15 da Lei nº 14.133/2021 e os indicados a seguir:

7.1.2.1. Fica vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, através de mais de um consórcio ou de forma isolada;

7.1.2.2. Deverá ser apresentado o compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados que deverá discriminar a pessoa jurídica líder, que será responsável por sua representação perante a Administração e, ainda, estabelecer expressamente a responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados pelo consórcio na fase de licitação e na execução do contrato;

7.1.2.3. A cláusula de responsabilidade solidária entre os consorciados deverá constar expressamente no compromisso de constituição de consórcio a ser firmado pelas pessoas jurídicas e no contrato de constituição de consórcio a ser celebrado pelo consórcio vencedor;



7.1.2.4. O prazo de duração do consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de conclusão do objeto deste Edital, até sua aceitação definitiva;

7.1.2.5. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo Prefeito e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio;

7.1.2.6. Será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado para efeito de habilitação técnica e o somatório dos valores de cada consorciado para efeito de habilitação econômico-financeira;

7.1.3. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar desta licitação desde que atendam aos requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

7.2. Não poderão disputar esta licitação ou participar da execução do contrato, direta ou indiretamente:

7.2.1. O autor do projeto básico desta licitação;

7.2.2. Empresa, isoladamente ou em consórcio, que se encontrem na situação prevista no inc. II, do art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

7.2.2.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

7.2.3. Pessoa que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar do certame em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

7.2.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

7.2.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

7.2.6. Pessoa que, nos cinco anos anteriores à divulgação deste Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

7.2.7. Agente público desta entidade licitante/contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º, do art. 9º da Lei nº 14.133/2021;

7.2.8. Terceiro que tenha auxiliado na condução desta contratação na qualidade de integrante da equipe de planejamento, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica;

7.2.9. Pessoa jurídica que estiver sob falência decretada, ou que se encontrem em concurso de credores, dissolução ou liquidação, salvo as empresas que comprovarem o deferimento do processamento da recuperação judicial, nos termos do art. 52 da Lei nº 11.101/2005.

7.2.10. Pessoa jurídica que possua objetivo social incompatível com a execução do objeto deste Edital;

7.2.11. Empresário proibido de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/1992.



7.3. Como condição de verificação do atendimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação neste certame ou a futura contratação, será efetuada consulta aos seguintes cadastros:

7.3.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf);

7.3.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis), mantido pela Controladoria-Geral da União (portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis).

7.3.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

7.3.3. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos (CADICON), mantidas pelo Tribunal de Contas da União TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:1:2515960581415:::>).

7.4. O impedimento de que trata o subitem 7.2.3 retro será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

8. CADASTRAMENTO NO SISTEMA ELETRÔNICO

8.1. Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente cadastrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf) e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras/pt-br), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

8.1.1. O credenciamento é a condição obrigatória para a formulação de ofertas e lances, negociação de preços, manifestação de intenção de interpor recursos e todos os demais atos inerentes ao certame.

8.1.2. No dia e horário designados para realização deste certame, antes do início da sessão, a empresa interessada ou seu representante legal já deverão ter procedido ao respectivo credenciamento.

8.2. Para acesso ao sistema eletrônico, no sítio www.gov.br/compras/pt-br, os interessados em participar desta concorrência deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis).

8.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame, na forma eletrônica.

8.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada em seu nome, diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Administração, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

8.5. É de responsabilidade do credenciado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no item 8.1 retro e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.5.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar a desclassificação no momento da habilitação.

9. ENVIO DA PROPOSTA

9.1. A fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.



9.1.1. A participação neste certame ocorrerá mediante utilização da chave de identificação e de senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta, no valor global da obra.

9.2. Após a divulgação deste Edital, os licitantes deverão encaminhar proposta inicial com o valor global na moeda Real até a data e hora marcadas para a abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico www.gov.br/compras/pt-br, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

9.2.1. Qualquer identificação prévia do licitante ao registrar sua proposta no sistema será motivo para sua desclassificação.

9.3. A proposta deverá indicar sua validade, à qual será de no mínimo 90 (noventa) dias, a contar da data limite para sua entrega.

9.4. No momento do envio da proposta o licitante deverá declarar, em campos próprios do sistema eletrônico, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas nos anexos deste Edital, que:

9.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas neste Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste instrumento convocatório;

9.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal;

9.4.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incs. III e IV, do art. 1º e no inc. III, do art. 5º da Constituição Federal;

9.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social, previstas em lei e em outras normas específicas;

9.4.5. A proposta apresentada para esta licitação foi elaborada de maneira independente.

9.5. No caso das microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e sociedades cooperativas equiparadas (SCE), o licitante deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, bem como de que está apto a usufruir o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da referida Lei, observado o § 2º, do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

9.5.1. Para obtenção dos benefícios dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, deverão as microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e sociedades cooperativas equiparadas (SCE), apresentar declaração junto com a proposta atestando que não possuem, no ano calendário de realização da licitação, contratos celebrados com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme modelo constante no ANEXO IV deste Edital.

9.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, exclusivamente em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

9.7. Nos casos de emissão de declaração falsa, o licitante estará sujeito as sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e penais cabíveis.

9.8. Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

9.9. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, implicando na plena aceitação destas pelo proponente.



9.10. O preço proposto será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração do mesmo, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.11. Nos preços propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução dos serviços, excluindo o Município de qualquer responsabilidade, ainda que solidária.

9.12. É de inteira responsabilidade do licitante, obter dos órgãos competentes informações sobre a incidência ou não de tributos e taxas de qualquer natureza devidas para a execução da obra, objeto desta licitação, não se admitindo alegação de desconhecimento de incidência tributária, ou outras correlatas.

9.13. A omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito cumprimento do objeto deste certame será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo o licitante pleitear acréscimo após a abertura da sessão pública.

9.14. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

9.14.1. Na eventualidade de o licitante apresentar proposta com mais de duas casas decimais, o Agente de Contratação considerará apenas as duas primeiras casas;

9.14.2. Em caso de divergência entre o valor em algarismos e o valor por extenso, prevalecerá o extenso.

9.15. A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico (ANEXO I), assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

9.16. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico para acesso aos demais licitantes, após a fase de envio de lances.

10. CONDUÇÃO DO CERTAME

10.1. Os trabalhos serão conduzidos pelo Agente de Contratação, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos no sistema eletrônico disponível no sítio www.gov.br/compras/pt-br.

10.2. A operacionalidade do sistema eletrônico é de responsabilidade do provedor, junto a qual os licitantes deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento, e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

10.3. O licitante poderá consultar o manual técnico operacional, disponível no sítio eletrônico www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/manuais.

10.4. A participação na licitação, na forma eletrônica, se dará pelo envio da proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário estabelecidos neste Edital.

10.5. O encaminhamento da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firme e verdadeira sua proposta.

10.6. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública de licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema, pelo Agente de Contratação ou de sua desconexão.

10.7. No caso de desconexão, cada licitante deverá de imediato, sob sua inteira responsabilidade, providenciar sua conexão ao sistema.



11. ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FASE DE LANCES

11.1. A abertura da sessão pública desta licitação, conduzida pelo Agente de Contratação, ocorrerá, automaticamente, na data e hora indicadas na página de começo deste Edital, no sistema eletrônico www.gov.br/compras/pt-br.

11.2. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, de que trata o subitem 13 deste Edital, em relação à proposta mais bem classificada.

11.2.1. O Agente de Contratação verificará a proposta classificada em primeiro lugar e a desclassificará, motivadamente, caso não esteja em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, quanto à adequação ao objeto estipulado e, observado o disposto no subitem 13.8, quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação, conforme definido no subitem 3.1 retro.

11.2.2. A desclassificação da proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema eletrônico, com acompanhamento em tempo real pelos licitantes.

11.3. A troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes ocorrerá em campo próprio do sistema eletrônico, vedada outra forma de comunicação

11.4. Aberta a sessão pública e observado o modo de disputa adotado no subitem 11.7 deste Edital, terá início a fase competitiva para recebimento de lances, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, com valor correspondente ao VALOR GLOBAL, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

11.4.1. Assim que o lance for acatado, ele ficará registrado no sistema, vedada a desistência, salvo se por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Agente de Contratação.

11.5. Os licitantes poderão oferecer lances públicos e sucessivos, observado o horário fixado para abertura da sessão e as seguintes condições:

11.5.1. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;

11.5.2. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro pelo sistema;

11.5.3. Os lances a serem ofertados devem corresponder ao VALOR GLOBAL da proposta.

11.5.4. Será admitida a apresentação de lances intermediários durante a disputa aberta. São considerados intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado, mas inferiores ao último lance dado pelo próprio licitante.

11.5.4.1. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

11.6. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 100,00 (cem reais).

11.7. O modo de disputa adotado no presente certame é o aberto e fechado e será conduzido conforme operacionalização do sistema disponibilizado no Sistema de Compras do Governo Federal - www.gov.br/compras/pt-br.

11.8. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances; após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas.



11.9. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

11.10. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

11.11. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no subitem 11.9 retro, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado o disposto no subitem 11.10 retro.

11.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores 11.9 e 11.11, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

11.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

11.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.15. Durante o transcurso da sessão pública, o licitante será informado, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do detentor do lance.

11.16. Na sessão pública de lances, no caso de evidente equívoco de digitação pelo licitante que der causa a preço incompatível ou manifestamente inexecuível, este poderá, uma única vez e motivadamente, no intervalo de quinze segundos, ser excluído do sistema.

11.17. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o Agente de Contratação no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

11.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sistema www.gov.br/compras/pt-br.

11.19. Encerrada a sessão pública de lances, o sistema divulgará o nome do licitante detentor do menor valor.

11.20. Uma vez encerrada a etapa de lances, caso a primeira colocada seja empresa de maior porte, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) ou sociedades cooperativas equiparadas (SCE), assim consideradas nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e com observância aos critérios definidos no art. 4º da Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.

11.20.1. Entende-se por empate ficto aquelas situações em que as ofertas apresentadas por microempresas, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas equiparadas sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao MENOR VALOR GLOBAL.

11.20.2. O empate ficto somente se aplicará quando a melhor oferta válida não tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada.

11.21. Encerrada a classificação, após a definição da melhor proposta, será verificada pelo sistema eletrônico a existência de ME/EPP/SCE com proposta igual ou até 10% (dez por cento) superior ao valor da proposta melhor classificada.



11.22. Caso ocorra o empate descrito no subitem anterior, a ME/EPP/SCE classificada em segundo lugar poderá no prazo de cinco minutos, contados do envio da mensagem automática pelo chat do sistema eletrônico, sob pena de decair do direito concedido, apresentar proposta, obrigatoriamente inferior ao valor da proposta melhor classificada, situação em que, atendidas às exigências habilitatórias e observado o valor máximo fixado para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto desta licitação.

11.22.1. Caso não seja apresentada a nova proposta pela ME/EPP/SCE classificada em segundo lugar, os demais beneficiários com propostas até 10% (dez por cento) inferiores à melhor classificada serão convocados automaticamente, na ordem de classificação, para exercer o mesmo direito, nos mesmos moldes.

11.22.2. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME/EPP/SCE que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado pelo sistema www.gov.br/compras/pt-br, sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta.

11.22.3. Na hipótese de não classificação de ME/EPP/SCE, será classificada em primeiro lugar a proposta mais vantajosa apresentada.

11.23. O exercício do direito de preferência aos beneficiários da Lei Complementar nº 123/2006 fica limitado às ME/EPP/SCE que, no ano-calendário de realização desta licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o licitante apresentar declaração de observância deste limite (ANEXO IV), nos termos exigidos no subitem 9.5.1 deste Edital.

11.23.1. Será considerado como ano-calendário de realização da licitação, o ano em que ocorrer a convocação para o exercício do direito de preferência a que se refere este subitem.

11.23.2. Nas contratações com prazo de vigência superior a um ano, deverá ser considerado o valor anual do contrato para fins de aplicação do limite previsto neste subitem.

11.24. Em caso em que esteja configurado empate em primeiro lugar, observado o disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, será realizada disputa final entre os licitantes remanescentes empatados, que poderão apresentar novas propostas em ato contínuo a classificação.

11.25. Mantido o empate após a disputa final de que trata o subitem anterior, as propostas serão desempatadas por meio dos demais critérios estabelecidos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

11.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

11.27. O Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, após definido o resultado do julgamento.

11.27.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.27.2. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, ou, em caso de propostas intermediárias empatadas, serão utilizados os critérios de desempate definidos neste Edital.

11.27.3. Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata da sessão pública que será anexada aos autos do processo de contratação, iniciando, o Agente de Contratação, a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12. DO ENVIO DA PROPOSTA AJUSTADA



12.1. O licitante classificado em 1º lugar deverá providenciar o envio da documentação relativa à proposta, em formato digital, no prazo definido pelo Agente de Contratação, que não poderá ser inferior a duas horas, contados a partir da sua solicitação, anexando, via sistema, em campo próprio a proposta adequada ao último lance ofertado, podendo ser incluídos quantos arquivos forem necessários. Deverão ser anexados os seguintes documentos:

12.1.1. Carta de apresentação da proposta conforme ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA;

12.1.2. Planilha de orçamento, assinada pelo responsável técnico pelo orçamento do licitante, com a cotação de preços do licitante, guardando absoluta fidelidade com a Planilha de Orçamento (PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE REPACTUAÇÃO DE OBRA INACABADA), conforme consta no apêndice único (Projeto Executivo), do ANEXO I - PROJETO BÁSICO, no que se refere às atividades, unidades e quantidades;

12.1.3. Detalhamento das composições de preços unitários de todos os itens constantes da Planilha de Orçamento (subitem 12.1.2 retro), indicando os quantitativos de consumo de cada insumo que forma o custo unitário;

12.1.4. Detalhamento de cálculo das leis sociais, que reflita as formas de contratação de mão de obra a ser utilizada pelo licitante na execução do contrato;

12.1.4.1. O licitante deverá apresentar também, quando for o caso, o detalhamento dos encargos incidentes sobre a contratação de profissionais realizada através de contrato de prestação de serviços ou através de outros vínculos que não o empregatício, considerando os encargos incidentes sobre a forma de contratação adotada.

12.1.4.2. Em caso de divergência entre o percentual de encargos sociais adotado na composição do preço unitário constante da proposta e o efetivamente dispendido pelo licitante, serão adotadas as orientações a seguir:

a) Adoção de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

b) Adoção de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido unilateralmente da planilha de preços unitários e haverá glosa dos valores, quando do pagamento, e/ou redução para fins de ressarcimento dos pagamentos indevidos.

12.1.5. Detalhamento do cálculo das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI), com os respectivos valores readequados à proposta vencedora;

12.1.5.1. Os impostos considerados de natureza direta e personalíssima, como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido (CSLL), não deverão ser incluídos no BDI (TCU, Súmula 254).

12.1.6. Cronograma físico financeiro (Planejamento), conforme consta no apêndice único (Projeto Executivo), do ANEXO I - PROJETO BÁSICO deste Edital.

12.1.6.1. O licitante poderá apresentar cronograma físico financeiro com prazo inferior ao estabelecido, desde que devidamente justificado. O licitante não poderá, entretanto, pleitear, posteriormente, ou justificar aditamentos de prazo e/ou valor decorrentes desta eventual redução de prazo.

12.1.7. Declaração que está ciente das condições contidas neste Edital e em seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação neles definidos e que inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, conforme modelo constante no ANEXO V deste Edital;

12.1.8. Declaração de elaboração independente de proposta, conforme modelo do ANEXO III deste Edital;

12.1.9. Sendo a licitante microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, assim enquadradas nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, deverá apresentar declaração de "Beneficiário da Lei Complementar nº 123/2006", conforme modelo do ANEXO IV deste Edital.



12.2. O prazo estipulado no subitem 12.1, poderá ser prorrogado, nas seguintes situações:

12.2.1. Por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo Agente de Contratação; ou

12.2.2. De ofício, a critério do Agente de Contratação, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos neste Edital para a verificação de conformidade de que trata o subitem 13.

13. DA FASE DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

13.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e no subitem 7 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos cadastros especificados no subitem 7.3 retro.

13.1.1. Poderá ser realizada a consulta consolidada de pessoa jurídica do TCU, que abrange o cadastro do CNJ, do CEIS, do próprio TCU e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP do Portal da Transparência), em substituição às consultas individualizadas no subitem 7.3 retro.

13.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o art. 12 da Lei nº 8.429/1992 e também de eventual matriz ou filial.

13.1.3. Constatada a ausência de condições ou impedimentos à participação na licitação, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

13.2. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPP/SCE, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício nos termos da Lei e deste Edital (subitem 9.5).

13.3. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar, quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

13.3.1. As propostas e demais documentos encaminhados pelos licitantes, quando convocados para tanto, serão juntados aos autos do processo.

13.4. O critério de julgamento das propostas será o de MENOR PREÇO, AFERIDO DE FORMA GLOBAL, observadas as exigências deste Edital, seus anexos e o valor teto estimado.

13.4.1. No certame serão analisados os preços unitários constantes na proposta, portanto, quando da avaliação da aceitabilidade da proposta será considerado o valor referencial de mercado de cada item.

13.4.2. Os preços unitários dos itens constantes das propostas não podem exceder aos preços unitários estabelecidos na Planilha de Orçamento (PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE REACTUAÇÃO DE OBRA INACABADA), conforme consta no apêndice único (Projeto Executivo), do ANEXO I - PROJETO BÁSICO.

13.5. A verificação da conformidade das propostas será feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

13.6. Será desclassificada a proposta que:

13.6.1. Contenha vícios insanáveis;

13.6.2. Não obedeça às especificações técnicas contidas no Projeto Básico (ANEXO I) e previstas neste Edital;



13.6.3. Apresente preço inexequível ou permaneça acima do orçamento estimado para a contratação;

13.6.4. Não tenha sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pelo Agente de Contratação;

13.6.5. Apresente desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital, desde que insanável.

13.7. O Agente de Contratação poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no § 2º, do art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

13.8. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado neste Edital. Nesta situação, será facultado ao licitante o prazo de um dia útil para comprovar a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, demonstrando que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato.

13.8.1. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo licitante em relação aos quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta.

13.9. É facultado ao Agente de Contratação, em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação ou complementar a instrução do processo.

13.10. O licitante intimado para prestar qualquer esclarecimento adicional ou correção de impropriedades deverá fazê-lo no prazo determinado pelo Agente de Contratação.

13.11. O não atendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição de sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

13.12. A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, disponível em tempo real para todos os licitantes.

13.13. Em caso de desclassificação da proposta de menor preço proceder-se-á à análise da proposta imediatamente mais vantajosa, sem prejuízo do exercício do direito de preferência a que se refere o subitem 11.23 deste Edital.

13.14. Entendendo necessário para orientar sua decisão, o Agente de Contratação poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores da Prefeitura, bem como de pessoas físicas ou jurídicas que comprovadamente possuam conhecimentos técnicos relativos ao objeto desta licitação, a fim de subsidiar sua decisão.

14. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

14.1. A habilitação do licitante será verificada por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf (habilitação parcial), nos documentos por ele abrangidos e pela documentação complementar especificada neste Edital. Os licitantes que não atenderem às exigências de habilitação parcial no Sicaf deverão apresentar documentos que supram tais exigências, observado o disposto no subitem 14.1.2.

14.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf, desde que o licitante esteja em situação regular no Sistema.

14.1.2. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema eletrônico, em formato digital e anexados em campo específico, no prazo definido pelo Agente de Contratação, que não poderá ser inferior a duas horas, contados a partir da solicitação.



14.1.3. Os documentos remetidos por meio do sistema poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Agente de Contratação. Caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à Prefeitura, situada na Avenida Boa Sorte, s/nº - Setor Paraíso, CEP nº 68.545.000, Pau d'arco - Pará.

14.1.4. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (Instrução Normativa SEGES nº 3/2018, art. 7º, caput).

14.1.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

14.2. Os documentos de habilitação deverão ser emitidos em nome do licitante, constando preferencialmente o número do CNPJ e o respectivo endereço, observando-se também:

14.2.1. No caso do licitante ser a matriz, os documentos deverão ser em seu nome apresentados; no caso do licitante ser filial, os documentos deverão estar em nome da filial.

14.2.2. Dispensar-se-ão, no caso de filial, aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, somente forem emitidos em nome da matriz.

14.3. A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante classificado provisoriamente em 1º lugar.

14.4. Caso ocorra à participação de consórcios de empresas, a habilitação técnica será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

14.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por ME/EPP/SCE no requisito de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

14.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia, ressaltando-se que os documentos produzidos eletronicamente (digitalizados) têm a mesma força probante dos originais, ressalvada a alegação motivada e fundamentada de adulteração, respondendo por esse ilícito a parte que vier a praticá-lo.

14.5.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES nº 3/2018, art. 4º, § 1º e art. 6º, § 4º).

14.6. Estará habilitada a pessoa jurídica cuja situação no Sicafe esteja regular, e que apresentar as declarações e documentação complementar referidos neste Edital, ou que, mesmo que com suas documentações vencidas no Sicafe, tenha apresentado documentação comprovando a regularidade, concomitantemente com os demais documentos de habilitação.

14.7. A validade dos documentos será a expressa em cada qual, ou estabelecida em lei, admitindo-se como válidos, no caso de omissão, aqueles emitidos há menos de 90 (noventa) dias.

14.8. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento”, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e/ou seus anexos.

14.9. A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.



14.10. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

14.10.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame.

14.10.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

14.11. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item supra, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

14.12. Na hipótese do licitante vencedor ser considerado inabilitado, serão requeridos e analisados pelo Agente de Contratação a proposta e os documentos de habilitação do licitante subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, nos mesmos termos e prazos especificados no subitem 14.1 deste Edital, até que se obtenha um licitante habilitado.

14.13. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda este edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

14.14. O prazo estipulado no subitem 14.1.2, poderá ser prorrogado, por igual período, nas situações elencadas no subitem 12.2 deste Edital.

14.15. HABILITAÇÃO JURÍDICA

Para fins de HABILITAÇÃO JURÍDICA, deverá o licitante encaminhar os seguintes documentos:

14.15.1. Empresário individual e sociedade em nome coletivo: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

14.15.2. Sociedade limitada, sociedade em comandita simples, sociedade em comandita por ações, sociedade limitada unipessoal ou sociedade anônima: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

14.15.3. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, à qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77/2020;

14.15.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

14.15.5. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

14.15.6. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764/1971;



14.15.7. Caso ocorra à participação de consórcios de empresas, deverão ser apresentados os documentos de habilitação jurídica de cada um dos consorciados, bem como Termo de Compromisso de Constituição do Consórcio, atendendo aos requisitos mínimos previstos no subitem 7.1.2 deste Edital e no art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

14.15.7. No caso de ME e EPP que queira usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, certidão simplificada original da Junta Comercial da sede da licitante ou documento equivalente, além de declaração escrita, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte estando apta a usufruir dos benefícios previstos nos arts. 42 a. 49 da Lei Complementar nº 123/2006 (ANEXO IV).

14.15.7.1. Havendo dúvidas sobre o enquadramento de licitante na condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, considerando os parâmetros estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, o Agente de Contratação poderá solicitar do licitante a apresentação dos documentos contábeis aptos a demonstrar a correção e a veracidade de declaração de seu enquadramento.

14.16. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

Para fins de HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

14.16.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ do Ministério da Fazenda;

14.16.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

14.16.3. prova de regularidade fiscal, nos seguintes termos

a) Certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que comprove a regularidade fiscal do licitante referente a todos os créditos tributários federais e à dívida ativa da União (DAU) por elas administrados (Portaria MF nº 358/2014 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751/2014, alteradas pelas Portarias Conjuntas PGFN/RFB nºs 1821/2014, 1400/2015, 3193/2017, 682/2019 e 103/2021), ou certidão positiva com efeitos de negativa;

b) Certidão emitida pela Fazenda Estadual da sede ou domicílio do licitante que comprove a regularidade de débitos tributários referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, ou certidão positiva com efeitos de negativa e, de outro modo, se for o caso, certidão de não contribuinte;

c) Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do licitante que comprove a regularidade de débitos tributários referentes ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, ou certidão positiva com efeitos de negativa e, de outro modo, se for o caso, certidão de não contribuinte;

14.16.4. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular quanto ao cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

14.16.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), em cumprimento ao disposto na Lei nº 12.440/2011.

14.16.6. Declaração de que não possui, em seu quadro de funcionários, empregados menores de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos (inc. XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal), conforme modelo do ANEXO VIII deste Edital.

14.16.7. Caso ocorra à participação de consórcios de empresas, deverão ser apresentados os documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista de cada um dos consorciados.



14.16.8. As ME/EPP/SCE deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

14.16.8.1. Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal por parte de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, o Agente de Contratação julgará habilitadas a ME/EPP/SCE, concedendo o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação fiscal, pagamento ou parcelamento do débito, a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

14.16.8.2. A prorrogação do prazo para a regularização fiscal prevista no subitem 14.16.8.1 dependerá de requerimento pelo interessado, dentro do prazo inicial de cinco dias úteis concedidos para a regularização da documentação fiscal.

14.16.8.3. A não regularização da documentação fiscal por parte das microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, no prazo previsto no subitem 14.16.8.1, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na legislação aplicável, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

14.17. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Para fins de HABILITAÇÃO TÉCNICA, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

14.17.1. Certidão de registro e regularidade da pessoa jurídica e dos profissionais no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA e/ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo dos Estados - CAU/UF em nome da empresa licitante, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação e classificação, onde conste a área de atuação compatível com o objeto desta licitação, emitida pelo CREA e/ou CAU da jurisdição da sede do licitante. Caso o licitante vencedor seja de outro Estado da Federação, deverá comprovar visto de registro no CREA-PA e/ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU/PA, na ocasião da assinatura do contrato;

14.17.2. Apresentação de profissional(is), devidamente registrado(s) no Conselho profissional competente, acompanhado de atestado(s) de responsabilidade técnico-profissional fornecido(s) pelo conselho profissional competente, que comprove que o(s) profissional(is) indicado(s) executou(ram) diretamente:

a) Sistemas de cobertura:

a.1) Serviços em estrutura steel frame metálica em tesouras, com no mínimo 881,21 m² de quantitativo;

a.2) Serviços em telha sanduíche metálica com preenchimento em pir, com no mínimo 850,66 m² de quantitativo;

b) Revestimentos interno e externo:

b.1) Serviços em forro de gesso acartonado estruturado - montagem e instalação, com no mínimo 438,87 m² de quantitativo;

b.2) Serviços em forro em fibra mineral removível (1250x625x16mm) apoiado sobre perfil metálico "T" invertido 24mm, com no mínimo 259,43 m² de quantitativo;

c) Sistemas de piso:

c.1) Serviços em piso vinílico em manta e=2,0mm, com no mínimo 216,53 m² de quantitativo;

c.2) Serviços em pintura de base epóxi sobre piso, com no mínimo 37,42 m² de quantitativo.



14.17.2.1. O(s) profissional(is) cujo(s) o(s) atestado(s) venha(m) atender a(s) exigência(s) do subitem 14.17.2 poderá(ão) ser substituído(s) na execução do contrato por outro profissional de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovado pela Administração.

14.17.3. Certidão(ões) ou atestado(s) de capacidade técnico-operacional fornecido(s) pelo conselho profissional competente, comprovando que o licitante executou diretamente:

a) Sistemas de cobertura:

a.1) Serviços em estrutura steel frame metálica em tesouras, com no mínimo 881,21 m² de quantitativo;

a.2) Serviços em telha sanduíche metálica com preenchimento em pir, com no mínimo 850,66 m² de quantitativo;

b) Revestimentos interno e externo:

b.1) Serviços em forro de gesso acartonado estruturado - montagem e instalação, com no mínimo 438,87 m² de quantitativo;

b.2) Serviços em forro em fibra mineral removível (1250x625x16mm) apoiado sobre perfil metálico "T" invertido 24mm, com no mínimo 259,43 m² de quantitativo;

c) Sistemas de piso:

c.1) Serviços em piso vinílico em manta e=2,0mm, com no mínimo 216,53 m² de quantitativo;

c.2) Serviços em pintura de base epóxi sobre piso, com no mínimo 37,42 m² de quantitativo.

14.17.3.1. Quando em consórcio, a comprovação a que se refere o subitem 14.17.3 poderá ser efetuada através do somatório dos quantitativos de cada promitente consorciante, conforme preconiza o inc. III, do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

14.17.4. Considerando que na presente contratação e conforme o Projeto Básico (ANEXO I) a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve declarar, em ato subscrito pelo responsável técnico e por seu representante legal, sob pena de inabilitação, que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto deste certame, conforme modelo do ANEXO VI deste Edital, nada podendo reclamar a esse título, assegurado a ele o direito de realização de vistoria técnica.

14.17.4.1. As visitas técnicas ao local da obra serão facultativas, realizadas em dias úteis, no período compreendido entre a data da publicação do resumo deste Edital até três dias úteis anteriores à data determinada para realização da sessão pública. Não serão realizadas visitas técnicas coletivas. Para realização da visita técnica os interessados deverão apresentar documento de identificação e termo de procuração da pessoa jurídica, para este fim específico. A realização da visita técnica precisa ser agendada previamente através do e-mail: paudarcolicitacao@gmail.com, em que será disponibilizado data e horário exclusivos de modo que o agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes. Na ocasião da visita será emitido atestado de visita à empresa, conforme modelo constante do ANEXO VII deste Edital.

14.17.5. Os atestados e/ou certidões deverão estar emitidos em papéis timbrados ou deverão conter carimbo do CNPJ ou outra informação que permita a devida identificação do seu emitente.

14.17.6. Não serão aceitos atestados e/ou certidões de responsabilidade ou capacidade técnica emitidos pelo próprio licitante.

14.17.7. Em caso de apresentação de atestados e/ou certidões de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual o licitante tenha feito parte, se o atestado não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, deverá ser apresentado o instrumento de constituição do consórcio demonstrando o



percentual de participação de cada consorciado, hipótese em que serão aplicados os critérios previstos no § 10, do art. 67 da Lei nº 14.133/2021 para fins de cômputo da qualificação técnica.

14.18. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

14.18.1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que demonstrem a situação financeira do licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

14.18.1.1. As empresas com menos de um ano de existência devem apresentar balanço de abertura devidamente registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou no órgão de registro equivalente.

14.18.1.2. As empresas com mais de um e menos de dois anos de existência devem apresentar a documentação exigida no subitem 14.18.1 relativas ao último exercício social exigível.

14.18.1.3. Serão considerados, na forma da Lei, o balanço patrimonial (inclusive o balanço de abertura) e a demonstração contábil dos resultados dos dois últimos exercícios sociais assim apresentados:

- a) Publicados em Diário Oficial;
- b) Publicados em jornal;
- c) Por fotocópia do Livro Diário, devidamente registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou no órgão de registro equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento;
- d) Na forma de Escrituração Contábil Digital (ECD) instituída pela Instrução Normativa da RFB nº 2.003/2021 e suas alterações.

14.18.1.4. Os balanços patrimoniais (inclusive o balanço de abertura) e demonstrações contábeis dos resultados dos últimos exercícios sociais deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

14.18.2. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

14.18.2.1. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta de preços.

14.18.2.2. O atendimento aos índices econômicos previstos no item retro deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante.

14.18.3. Certidão negativa de feitos sobre falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.



15. RECURSOS

15.1. Haverá fase recursal única, após o término da fase de habilitação.

15.2. O licitante que desejar apresentar recurso em face dos atos de julgamento de proposta ou de habilitação deverá manifestar imediatamente a sua intenção de recorrer, através do sistema, no prazo assinalado pelo Agente de Contratação, que não será inferior a 10 minutos, sob pena de preclusão.

15.3. O licitante terá o prazo de três dias úteis para apresentar as razões de recurso, contados da data de intimação ou da lavratura da ata de habilitação do licitante declarado vencedor.

15.4. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de divulgação da interposição do recurso via sistema www.gov.br/compras/pt-br.

15.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, os quais poderão solicitar os respectivos documentos em formato PDF, indispensáveis à defesa de seus interesses, através do e-mail paudarcolitacao@gmail.com.

15.6. Serão desconsiderados pelo Agente de Contratação os recursos interpostos fora do sistema eletrônico www.gov.br/compras/pt-br.

15.7. O recurso será dirigido ao Agente de Contratação, que, se não reconsiderar a decisão, encaminhará o recurso com a sua motivação ao Prefeito, a qual proferirá decisão.

15.8. O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.9. O recurso interposto em desacordo com as condições deste Edital e seus anexos não será conhecido.

15.10. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

16. ENCERRAMENTO

16.1. Definido o resultado de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o procedimento licitatório será encerrado e encaminhado ao Prefeito que poderá adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133/2021:

17. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS NA FASE LICITATÓRIA

17.1. Sem prejuízo da aplicação das regras previstas no Capítulo I, Título IV da Lei nº 14.133/2021, comete infração administrativa passível de sanção o licitante que:

I. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

II. Não manter a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;

III. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

IV. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

V. Fraudar a licitação;

VI. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

VII. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;



VIII. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

17.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções:

17.2.1. Multas nos seguintes percentuais:

17.2.1.1. Multa de 1% do valor estimado da contratação ao licitante ou contratado que retardar o procedimento de contratação, descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas, tais como:

I. Tumultuar a sessão pública da licitação;

II. Propor recursos manifestamente protelatórios;

III. Deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido na hipótese de o licitante ou contratado enquadrar-se como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedades cooperativas equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006;

17.2.1.2. Multa de 3% do valor estimado da contratação para as infrações previstas nos incisos I e II do subitem 17.1;

17.2.1.3. Multa de 5% do valor estimado da contratação para as infrações previstas no inciso III do subitem 17.1;

17.2.1.4. Multa de 15% do valor estimado da contratação para as infrações previstas nos incisos IV a VIII do subitem 17.1;

17.2.2. Impedimento de licitar e contratar, em decorrência da prática das infrações administrativas previstas nos incisos I, II e III relacionadas no subitem 17.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Pau d'arco, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos moldes do art. 156, § 4º da Lei nº 14.133/2021;

17.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações administrativas previstas nos incisos IV, V, VI, VII e VIII relacionadas no subitem 17.1, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos I, II e III que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, nos moldes do art. 156, § 5º da Lei nº 14.133/2021.

17.3. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as sanções previstas nos subitens 17.2.2 e 17.2.3 deste Edital.

17.4. O procedimento para aplicação das sanções observará as garantias do contraditório e da ampla defesa em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

17.5. Caberá recurso em face da decisão de aplicação das sanções de multa e de impedimento de licitar e contratar, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da publicação da decisão condenatória no Diário Oficial da União.

17.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

17.7. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação da decisão condenatória no Diário Oficial da União que deverá ser decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.



17.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.9. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

18. PRAZOS

18.1. O prazo de vigência do contrato a ser celebrado será de doze meses, contados da data de sua assinatura.

18.2. O prazo para a prestação completa da obra ora licitada é de no máximo 240 (duzentos e quarenta) dias corridos, contados da data de emissão da ordem de serviço.

19. APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS, CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO, GARANTIA À EXECUÇÃO E FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

19.1. Homologada a licitação, o licitante à qual couber a adjudicação da obra licitada será convocado para, no prazo de até vinte dias corridos:

19.1.1. constituir consórcio e apresentar o respectivo CNPJ, se for o caso. Deverá ser apresentado o instrumento jurídico de constituição do consórcio, nos termos do compromisso de consórcio apresentado para habilitação, devidamente registrado na Junta Comercial, acompanhado do comprovante de inscrição do consórcio no CNPJ;

19.1.2. prestar garantia à execução do contrato.

19.1.2.1. O valor da garantia à execução corresponderá a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato e deverá ter vigência de no mínimo 180 (cento e oitenta) dias superior ao prazo previsto no termo contratual e deverá, ainda, ser prorrogada sua vigência na hipótese de ocorrer prorrogação do prazo contratual e/ou sua complementação em caso de acréscimo de valor.

19.1.2.2. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, nos termos do § 5º, do art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

19.1.2.3. A garantia à execução poderá ser prestada por uma das seguintes modalidades:

I. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II. seguro-garantia;

III. fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

IV. título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

19.1.2.4. A garantia prestada responderá por eventuais multas aplicadas à contratada, podendo ser retida para satisfação de perdas e danos resultantes de inadimplemento ou de ação ou omissão, dolosa ou culposa, da contratada.

19.1.2.5. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.



19.1.3. Firmar o contrato respectivo, conforme minuta contida no ANEXO IX deste Edital.

19.2. É facultado à Administração, quando o licitante adjudicatário não cumprir as condições deste Edital e seus anexos, não apresentar a garantia de execução do contrato, não assinar o contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidas:

19.2.1. Convocar os licitantes remanescentes, na ordem de vantajosidade das propostas apresentadas, para a celebração do contrato nas mesmas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

19.2.2. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

I. Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

II. Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

19.2.3. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades previstas em lei e neste Edital, exceto se a recusa for de licitante remanescente convocado na forma do inciso I, do subitem 19.2.2.

19.2.4. Se a recusa em prestar garantia à execução ou em assinar o contrato for motivada por fato impeditivo relevante, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, a autoridade competente para a contratação poderá, por ato devidamente fundamentado, presentes o interesse público e a conveniência administrativa, deixar de aplicar as penalidades previstas, bem como aplicar prazo diferenciado.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. É permitida a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2/2001, cujos documentos serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários.

20.2. Será admitida a forma eletrônica na celebração do contrato, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

20.3. No caso de documentação assinada por procurador que não conste na documentação, o pregoeiro solicitará na sessão o envio da procuração outorgada pelo representante legal da licitante, devidamente autenticado por cartório competente, ou assinada digitalmente por meio de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2/2001, sob pena de desclassificação ou inabilitação.

20.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização deste certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo Agente de Contratação.

20.5. A ata da sessão pública será divulgada no sistema eletrônico.

20.6. Todas as referências de tempo citadas neste Edital e seus anexos, no aviso da licitação e durante as sessões públicas observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília/DF.

20.7. O licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e seus anexos, pois a simples apresentação da proposta submete o licitante à aceitação incondicional de seus termos, independente de transcrição, bem como representa o conhecimento do objeto em licitação, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor.



20.8. Em caso de divergência entre as disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

20.9. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o adjudicatário, a rescisão do instrumento contratual, sem prejuízos das demais sanções cabíveis.

20.10. O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo, conforme previsão do art. 12, inc. III da Lei nº 14.133/2021.

20.11. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser solicitada em caso de dúvida quanto à autenticidade de documento e poderá ser feita perante o Agente de Contratação, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal, nos termos do art. 12, inc. IV da Lei nº 14.133/2021.

20.12. O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal.

20.13. A qualificação técnica e demais especificações exigidas no Projeto Básico (ANEXO I) deverão ser fielmente observadas pelos licitantes, bem como os prazos, requisitos da contratação, obrigações, critérios de medição e pagamento, reajuste de preços, multas e qualquer outra previsão, não cabendo aos licitantes alegar o seu desconhecimento sob qualquer pretexto. Caso haja dúvidas acerca deste Edital ou de qualquer um de seus anexos, deverá o licitante saná-las conforme disciplinado no subitem 5 deste Edital.

20.14. Antes da celebração do contrato, a Prefeitura verificará, através do Sicafe, a composição societária da adjudicatária, a fim de certificação de inexistência de servidores do órgão entre os seus sócios, conforme determinação contida no Acórdão nº 1.793/2011 TCU - Plenário.

20.15. O licitante fica ciente de que ocorrerá a publicação dos dados pessoais como nome completo e CPF de seu sócio representante nos instrumentos jurídicos celebrados, que serão publicados em portal de transparência com acesso livre, para fins de cumprimento da Lei de Acesso à Informação.

20.16. Os interessados poderão ter vista dos autos do processo licitatório, solicitando o seu conteúdo em PDF através do e-mail paudarcolicitacao@gmail.com.

20.17. Fica eleito o Foro da Cidade de Redenção, Estado do Pará, renunciando-se a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para processar as questões resultantes desta licitação e que não possam ser dirimidas administrativamente.

20.18. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, independentemente de qualquer transcrição, os seguintes anexos:

- a) ANEXO I - Projeto Básico e seu Apêndice Único (Projeto Executivo);
- b) ANEXO II - Modelo de Proposta;
- c) ANEXO III - Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta;
- d) ANEXO IV - Modelo de Declaração de Beneficiário da Lei Complementar nº 123/2006;
- e) ANEXO V - Modelo de Declaração (Subitem 12.1.7 do Edital);

f) ANEXO VI - Modelo de Declaração de que o Licitante Tomou Conhecimento de Todas as Informações e das Condições Locais para o Cumprimento das Obrigações Objeto da Licitação;



- g) ANEXO VII - Modelo de Atestado de Visita Técnica;
- h) ANEXO VIII - Modelo de Declaração de Menores (Art. 7º, Inc. XXXIII da CF/88);
- i) ANEXO IX - Minuta do Contrato.

Pau d'arco/PA, em data e hora registrados na assinatura digital.

Fredson Pereira da Silva
Prefeito Municipal



ANEXO I
PROJETO BÁSICO

NOTA: Pela razão de sua dimensão e volume, os documentos que integram este anexo serão disponibilizados para download, somente em arquivo formato PDF avulso, no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP: www.gov.br/pncp/pt-br; no sítio: www.gov.br/compras/pt-br e no sítio oficial da Prefeitura: <https://paudarco.pa.gov.br>, link licitações.



ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA

Ao
Agente de Contratação
Município de Pau d'arco - Pará
Prefeitura de Pau d'arco
Referência: Licitação - Concorrência Eletrônica nº 008/2024-PMPD/PA

Para efeito de julgamento e, de acordo com a cotação de preços unitários aplicados às quantidades estimadas na “planilha de orçamento” e demais documentos anexos, exigidos pelos subitens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.4.1, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, 12.1.8 e 12.1.9 (DO ENVIO DA PROPOSTA AJUSTADA) do Edital de Concorrência Eletrônica nº 008/2024-PMPD/PA, propomos a prestação completa da obra licitada pelo valor global de R\$ ____ (____).

[Local], [dia] de [mês] de [ano]

[assinatura do representante legal]
[nome completo, sem abreviação]

Identificação da empresa [nome de registro e de fantasia, se houver]:

CNPJ:

Endereço:

Telefone móvel:

Endereço eletrônico:

OBSERVAÇÃO: emitir em formato digital e que identifique o licitante.



ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

[Identificação completa do representante do licitante, sem abreviação], como representante devidamente constituído da ____ [nome de registro da empresa e de fantasia, se houver], inscrita no CNPJ sob o nº ____, sediada em ____ [endereço completo], para fins do disposto no subitem 12.1.8 do Edital de Licitação Concorrência Eletrônica nº 008/2024-PMPD/PA, declara, sob as penas da Lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

A proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante da licitação, potencial, ou de fato, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

A intenção de apresentar a proposta elaborada não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

Não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato, quanto a participar ou não da licitação.

O conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação, não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato, antes da adjudicação de seu objeto.

O conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da Prefeitura do Município de Pau d'arco, antes da abertura oficial da licitação.

Está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

[Local], [dia] de [mês] de [ano]

[assinatura do representante legal]

[nome completo, sem abreviação]

[identificação da empresa]

OBSERVAÇÃO: emitir em formato digital e que identifique o licitante.



ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÃO DE BENEFICIÁRIO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

[Identificação completa do representante do licitante, sem abreviação], como representante devidamente constituído da ____ [nome de registro da empresa e de fantasia, se houver], inscrita no CNPJ sob o nº ____, sediada em ____ [endereço completo], para fins do disposto no subitem 12.1.9 do Edital de Licitação Concorrência Eletrônica nº 008/2024-PMPD/PA, declara, sob as penas da Lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que o licitante acima identificado é beneficiário da Lei Complementar nº 123/2006, na condição de ____ [EPP - empresa de pequeno porte, ME - microempresa ou SCE - sociedade cooperativa equiparada], considerando os valores da receita bruta e o atendimento aos requisitos previstos na Lei supracitada; e não se encontra enquadrado em nenhuma das hipóteses, que veda a concessão do tratamento jurídico diferenciado, previstas na Lei Complementar nº 123/2006; bem como, não celebrou contratos com a Administração Pública, no ano calendário de realização da licitação, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021; estando ciente da obrigação de comunicar ao Município de Pau d'arco de quaisquer fatos supervenientes que alterem a situação da empresa.

[Local], [dia] de [mês] de [ano]

[assinatura do representante legal]
[nome completo, sem abreviação]
[identificação da empresa]

OBSERVAÇÃO: emitir em formato digital e que identifique o licitante.



ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO (SUBITEM 12.1.7 DO EDITAL)

[Identificação completa do representante do licitante, sem abreviação], como representante devidamente constituído da ____ [nome de registro da empresa e de fantasia, se houver], inscrita no CNPJ sob o nº ____, sediada em ____ [endereço completo], para fins do disposto no subitem 12.1.7 do Edital de Licitação Concorrência Eletrônica nº 008/2024-PMPD/PA, declara, sob as penas da Lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que atende plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital supradito e que inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, e, ainda, que se encontra ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores. Por fim declara pela veracidade das informações prestadas.

[Local], [dia] de [mês] de [ano]

[assinatura do representante legal]
[nome completo, sem abreviação]
[identificação da empresa]

OBSERVAÇÃO: emitir em formato digital e que identifique o licitante.



ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE O LICITANTE TOMOU CONHECIMENTO DE TODAS AS INFORMAÇÕES
E DAS CONDIÇÕES LOCAIS PARA O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES OBJETO DA LICITAÇÃO

[Identificação completa do representante do licitante], como representante devidamente constituído da ____ [nome de registro da empresa e de fantasia, se houver], inscrita no CNPJ sob o nº ____, sediada em ____ [endereço completo], para fins do disposto no inc. VI, do art. 67 da Lei nº 14.133/2021 e no subitem 14.17.4 do Edital de Licitação Concorrência Eletrônica nº 008/2024-PMPD/PA, declara, sob as penas da Lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

[Local], [dia] de [mês] de [ano]

[assinatura do representante legal]
[nome completo, sem abreviação]
[identificação da empresa]

OBSERVAÇÃO: emitir em formato digital e que identifique o licitante.



ANEXO VII
MODELO DE ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

Ao

Agente de Contratação

Município de Pau d'arco - Pará

Prefeitura de Pau d'arco

Referência: Licitação - Concorrência Eletrônica nº 008/2024-PMPD/PA

Objeto: obra comum de engenharia, tendo por fim e objetivo a conclusão do remanescente da construção da creche "Dom José Patrick" (obra inacabada).

Declaro para os devidos fins que o(a) Sr(a). ____ [nacionalidade e estado civil], portador(a) do RG nº SSP/____, inscrit(a) no CPF sob o nº ____, representante da empresa ____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº ____, estabelecida na ____ [rua ou avenida, nº, bairro, CEP, Cidade e Estado], abaixo assinado, compareceu ao local onde será executada obra comum de engenharia, tendo por fim e objetivo a conclusão do remanescente da construção da creche "Dom José Patrick" (obra inacabada), em Pau d'arco/PA, tendo tomado conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação acima especificada.

[Local], [dia] de [mês] de [ano]

[nome completo, sem abreviação]

[assinatura do representante]

[identificação da empresa]

[assinatura do servidor]

[nome completo do servidor, sem abreviação]

[cargo]

[matrícula]



ANEXO VIII
MODELO DE DECLARAÇÃO DE MENORES (ART. 7º, INC. XXXIII DA CF/88)

Ao
Agente de Contratação
Município de Pau d'arco - Pará
Prefeitura de Pau d'arco
Referência: Licitação - Concorrência Eletrônica nº 008/2024-PMPD/PA

____ [nome de registro da empresa e de fantasia, se houver], CNPJ nº ____, sediada em ____ [endereço completo], por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) ____ [nacionalidade, estado civil, profissão e função no contrato social/ato constitutivo/estatuto], portador(a) da carteira de identidade nº ____ e do CPF nº ____, DECLARA, para fins do disposto no inc. VII, do art. 68 da Lei nº 14.133/2021 e no subitem 14.16.6 do Edital de Licitação Concorrência Eletrônica nº 008/2024-PMPD/PA, que não possui, em seu quadro de funcionários, empregados menores de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos (inc. XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal).

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

[Local], [dia] de [mês] de [ano]

[assinatura do representante legal]
[nome completo, sem abreviação]
[identificação da empresa]

OBSERVAÇÃO: emitir em formato digital e que identifique o licitante.



ANEXO IX MINUTA DO CONTRATO

Contrato que entre si celebram, o MUNICÍPIO DE PAU D'ARCO, por meio da PREFEITURA e a empresa ____, para a execução de obra comum de engenharia, tendo por fim e objetivo a conclusão do remanescente da construção da creche "Dom José Patrick" (obra inacabada), sob as cláusulas e condições adiante estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - PARTES

1.1. São partes neste contrato, como contratante, por meio da PREFEITURA, o MUNICÍPIO DE PAU D'ARCO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº ____, com sede na ____, (rua ou avenida, nº, bairro, CEP, Cidade e Estado), neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ____ (nacionalidade e estado civil), portador do RG nº SSP/____, inscrito no CPF sob o nº ____ e, como contratada, a firma ____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº ____, estabelecida na ____ (rua ou avenida, nº, bairro, CEP, Cidade e Estado), neste ato representada pelo Sr(a). ____, (nacionalidade, estado civil, profissão e função no contrato social, ato constitutivo ou estatuto), conforme contrato social (ato constitutivo ou estatuto) da empresa (ou procuração apresentada nos autos).

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

2.1. Constitui escopo do presente contrato, a execução da obra comum de engenharia, tendo por fim e objetivo, a conclusão do remanescente da construção da Escola Municipal de Ensino Infantil nomeada "Dom José Patrick", creche pré-escola, tipo 2 (220V/sapata), padrão FNDE, situada na Rua Pedro Paulo Barcauí, s/nº, Lote 02, Quadra 38, Setor Vila Paraíso, na Cidade de Pau d'arco, que se encontra paralisada com 19,51% de obra executada (obra inacabada), compreendendo, as seguintes parcelas ainda pendentes de execução: serviços preliminares; movimento de terras para fundações; fundações; superestrutura; sistemas de vedação vertical; esquadrias; sistemas de cobertura; impermeabilização; revestimentos internos e externos; sistemas de pisos; pinturas e acabamentos; instalação hidráulica; drenagem de águas pluviais; instalação sanitária; louças, acessórios e metais; instalação de gás combustível; sistema de proteção contra incêndio; instalação elétrica - 220V; instalações de climatização; instalações de rede estruturada; sistema de exaustão mecânica; sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA); serviços complementares e serviços finais; conforme as especificações contidas no ANEXO I - PROJETO BÁSICO e seu Apêndice Único (Projeto Executivo) do Edital de Concorrência Eletrônica nº 008/2024-PMPD/PA e segundo a proposta e demais peças integrantes do Edital respectivo, agrupados no Processo Administrativo nº 00016.2024.040.01, as quais, conhecidas e aceitas pelas partes, incorporam-se a este instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR DO CONTRATO

3.1. O valor deste contrato, a preços de ____/2024, é de R\$ ____ (____), correspondente ao produto dos preços unitários propostos pela contratada aplicados às quantidades estimadas na planilha de orçamento, juntada aos autos do Processo Administrativo nº 00016.2024.040.01, as f. ____.

CLÁUSULA QUARTA - GARANTIA E DOTAÇÃO

4.1. O contratado presta garantia à execução deste contrato no valor de R\$ ____ (____), conforme Guia de Recolhimento de Garantia nº ____, emitida pelo Município de Pau d'arco, juntado aos autos do Processo Administrativo nº 00016.2024.040.01, as f. ____.

4.1. As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão à conta dos recursos provenientes do Termo de Compromisso nº 202002999-1, firmado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e o Município, no âmbito do Plano de Ações Articuladas - PAR, cujo objeto é a construção de uma creche pré-escola tipo 2 (220V/sapata), repactuado com base no Termo de Compromisso de Conclusão de Obra - TCCO (Termo Aditivo de nova pactuação), firmado em 22/05/2024 e formalizado segundo a Lei nº 14.719, de 1º/11/2023 e de



recursos orçamentários provenientes dos recursos ordinários do Tesouro, conforme a seguinte rubrica: 15 - Fundo Municipal de Educação; 12.361.0003.2-032 - Construção Reforma, Ampliação e Aparelhamento de Unidades Escolares; 4.4.90.51 - Obras e Instalações; Fonte 570.

CLÁUSULA QUINTA - PRAZOS DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E OBRAS

5.1. O prazo de vigência deste contrato é de doze meses, contados a partir da data de sua assinatura. O prazo para a prestação completa dos serviços e obras ora contratados é de no máximo 240 (duzentos e quarenta) dias corridos, contados a partir da data de emissão da ordem de serviço.

CLÁUSULA SEXTA - MEDIÇÃO E PAGAMENTO

6.1. Os serviços/materiais serão medidos mensalmente, conforme executados e estejam de acordo com as especificações técnicas, considerando seus preços unitários da planilha de orçamento e o Cronograma Físico Financeiro (Planejamento), juntado aos autos do Processo Administrativo nº 00016.2024.040.01, as f. ____, observadas as demais prescrições do item 15 do Projeto Básico, ANEXO I e seu Apêndice Único (Projeto Executivo) do Edital de Concorrência Eletrônica nº 008/2024-PMPD/PA.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1. As obrigações do contratado estão previstas no item 23 do Projeto Básico, ANEXO I e seu Apêndice Único (Projeto Executivo) do Edital de Concorrência Eletrônica nº 008/2024-PMPD/PA, sem prejuízo de outras implícitas no instrumento convocatório e seus anexos.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. As obrigações do contratante estão previstas no item 24 do Projeto Básico, ANEXO I e seu Apêndice Único (Projeto Executivo) do Edital de Concorrência Eletrônica nº 008/2024-PMPD/PA, sem prejuízo de outras disposições explícitas e implícitas no instrumento convocatório e seus anexos.

CLÁUSULA NONA - ALTERAÇÃO DO CONTRATO

9.1. Este contrato não poderá ser alterado, quantitativa ou qualitativamente, sob pena de incorrer em ilegalidade, exceto nas hipóteses previstas no art. 125 da Lei nº 14.133/2021, quando serão obedecidos os seus limites legais.

9.2. O contrato poderá ser alterado excepcionalmente, com as devidas justificativas, nas seguintes hipóteses:

9.2.1. Unilateralmente pela Prefeitura:

9.2.1.1. Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;

9.2.1.2. Quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei nº 14.133/2021;

9.2.2. Por acordo entre as partes:

9.2.2.1. quando conveniente a substituição da garantia de execução;

9.2.2.2. Quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma



físico financeiro (planejamento) fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

9.2.2.2. Para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado.

9.3. Nas alterações unilaterais a que se refere o item 9.2.1.2 o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

9.4. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do contratado, a Prefeitura deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

9.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

9.6. O prazo para resposta de pedidos de repactuação de preços e restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato será de até 15 (quinze) dias para decidir, após conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada por igual período.

CLÁUSULA DEZ - REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

10.1. Os preços são fixos e irreajustáveis pelo período de 12 meses, devendo os reajustes seguintes obedecerem à mesma periodicidade anual, tendo como referência sempre as disposições constantes no item 15.2 do Projeto Básico, ANEXO I e seu Apêndice Único (Projeto Executivo) do Edital de Concorrência Eletrônica nº 008/2024-PMPD/PA.

CLÁUSULA ONZE - RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

11.1. Os serviços objeto deste contrato serão recebidos provisória e definitivamente conforme estabelece o item 15.3 do Projeto Básico, ANEXO I e seu Apêndice Único (Projeto Executivo) do Edital de Concorrência Eletrônica nº 008/2024-PMPD/PA.

CLÁUSULA DOZE - CESSÃO DO CONTRATO E SUBCONTRATAÇÃO

12.1. A contratada não poderá:

12.1.1. Ceder o contrato, total ou parcialmente, a terceiros, em nenhuma hipótese;

12.1.2. Subcontratar, total ou parcialmente, o objeto deste contrato, conforme o item 9.4 do Projeto Básico, ANEXO I e seu Apêndice Único (Projeto Executivo) do Edital de Concorrência Eletrônica nº 008/2024-PMPD/PA.

CLÁUSULA TREZE - INFRAÇÕES E SANÇÕES

13.1. A contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

13.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

13.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Prefeitura, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;



- 13.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida;
- 13.1.5. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
- 13.1.6. Apresentar declaração ou documentação falso ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 13.1.7. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 13.1.8. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 13.1.9. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.
- 13.2. Serão aplicadas a contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 13.2.1. Advertência, quando a contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos moldes do art. 156, § 2º da Lei 1 n.º 4.133/2021;
- 13.2.2. Multas, observados os seguintes percentuais:
- 13.2.2.1. Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, recaiando o cálculo sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento) do contrato.
- 13.2.2.2. O atraso, para efeito de cálculo da multa moratória, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.
- 13.2.2.3. As multas moratórias por atraso no cumprimento do cronograma físico financeiro (planejamento), após apuradas pelo Fiscal do Contrato, terão sua execução condicionada ao comprometimento do prazo de conclusão dos serviços contratados, de modo que a Contratada terá a oportunidade de sanear o atraso verificado sem prejuízos ao correto andamento dos serviços, hipótese na qual deverá ser observado o procedimento previsto nos incisos a seguir:
- I. O eventual descumprimento do cronograma será comunicado à contratada juntamente com o respectivo valor da multa, para que apresente um planejamento contendo a forma e o prazo de solução do atraso;
- II. A contratante analisará a solução e prazo apresentados pela contratada, emitindo parecer favorável ou não. Se não concordar, deverá apresentar nova sugestão para aprovação da contratada;
- III. Após o prazo fixado pela contratada para a solução do atraso, a contratante irá apurar se o atraso se mantém, quando, então, a multa apurada anteriormente será aplicada considerando todo o atraso havido nos serviços;
- IV. Na hipótese de o atraso ter sido compensado, retomando o cronograma, a contratada não será penalizada.
- 13.2.2.4. O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias corridos poderá ser considerado como inexecução total do contrato.
- 13.2.2.5. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Prefeitura a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas em lei e neste contrato, conforme previsão no parágrafo único, do art. 162 da Lei nº 14.133/2021.
- 13.2.2.6. A aplicação das multas de natureza moratória não impede a aplicação superveniente de outras multas previstas neste contrato, cumulando-se os respectivos valores.



13.2.3. Multa compensatória de 3% (três por cento) sobre o valor do contrato pelo descumprimento de preceito normativo ou obrigações assumidas, tais como:

13.2.3.1. Deixar de complementar o valor e/ou prorrogar o prazo da garantia recolhida, se for o caso, após solicitação e no prazo assinalado pela contratante;

13.2.3.1. Não devolver os valores pagos indevidamente pela contratante;

13.2.3.2. Deixar de manter todas as condições de habilitação, durante a execução do contrato, nos termos do inc. XVI, do art. 92 da Lei nº 14.133/2021;

13.2.3.3. Deixar de regularizar, no prazo definido pela Administração, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;

13.2.3.4. Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato;

13.2.3.5. Deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela Prefeitura;

13.2.3.6. Deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;

13.2.3.7. Não atender, no prazo estipulado, às determinações técnicas e diretrizes formuladas pela fiscalização do contrato, sem justificativa, comprometendo o andamento e a qualidade dos serviços.

13.2.4. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato quando a contratada der causa a rescisão contratual ou em caso de inexecução total do contrato, sem prejuízo da obrigação de ressarcir a Prefeitura das perdas e danos decorrentes, nos termos do art. 927 da Lei nº 10.406/2002.

13.2.5. Impedimento de licitar e contratar quando praticadas as infrações administrativas previstas nos subitens 13.1.2 a 3.1.5 deste contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração do Município Pau d'arco, pelo prazo máximo de três anos, nos moldes do art. 156, § 4º da Lei nº 14.133/2021.

13.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando praticadas as infrações administrativas previstas nos 13.1.6 a 13.1.9 deste contrato, bem como nos subitens 13.1.2 a 3.1.5, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos moldes do art. 156, § 5º da Lei nº 14.133/2021.

13.2.7. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as sanções previstas nos subitens 13.2.5 e 13.2.6 deste contrato.

13.2.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Prefeitura a contratada, além da perda desse valor, a diferença poderá ser paga diretamente à Administração, descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente.

13.2.9. A instauração do processo administrativo para apuração de irregularidades e aplicação de sanções será processada com as garantias de contraditório e da ampla defesa.

13.2.10. Caberá recurso em face da decisão de aplicação das sanções de multa e de impedimento de licitar e contratar, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da publicação da decisão condenatória no Diário Oficial da União.

13.2.11. O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do recebimento dos autos.



13.2.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de idoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação da decisão condenatória no Diário Oficial da União.

13.2.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.2.14. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA QUATORZE - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

14.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa, aplicando-se nestes casos, o disposto nos arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021.

14.2. A extinção determinada por ato unilateral da Prefeitura poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato, as seguintes consequências:

14.2.1. Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

14.2.2. Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

14.2.3. Execução da garantia contratual para:

I. ressarcimento da Prefeitura, por prejuízos decorrentes da não execução;

II. Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

III. Pagamento das multas devidas a Prefeitura;

IV. Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados a Prefeitura e das multas aplicadas.

14.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

14.4. O contrato poderá ser extinto caso se constate que a contratada mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do Prefeitura ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inc. IV da Lei nº 14.133/2021).

CLÁUSULA QUINZE - FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

15.1. Na fiscalização do escopo ora contratado serão observadas as disposições previstas no Projeto Básico, ANEXO I e seu Apêndice Único (Projeto Executivo) do Edital de Concorrência Eletrônica nº 008/2024-PMPD/PA.

15.2. A fiscalização do contratante não eximirá o contratado da responsabilidade pela prestação dos serviços avençados.



15.2. A fiscalização do contratante poderá solicitar a contratada a substituição de membros de sua equipe técnica, quando julgar necessário, desde que justificadamente.

CLÁUSULA DEZESSEIS - REGIME LEGAL E CLÁUSULAS COMPLEMENTARES

16.1. O presente contrato rege-se, basicamente, segundo seu objeto, pelas normas consubstanciadas na Lei nº 14.133/2021, complementadas pelas normas constantes no Edital de Concorrência Eletrônica nº 008/2024-PMPD/PA e seus anexos, que fazem parte deste instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA DEZESSETE - FORO

17.1. Os contratantes comprometem-se a submeter eventuais controvérsias, decorrentes do presente instrumento, à métodos alternativos de prevenção e solução de conflitos, que serão promovidos nos termos dos arts. 151 a 154 da Lei nº 14.133/2021.

17.1.1. Não logrando êxito os métodos alternativos de prevenção e solução de conflitos, fica eleito o Foro da Comarca de Redenção, Estado do Pará, para dirimir as questões oriundas do presente contrato, sendo este o competente para a propositura de qualquer medida judicial decorrente deste instrumento, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim ajustadas e concordes, firmam as partes o presente instrumento, digitado em 2 (duas) vias de igual teor para que produza todos os efeitos legais e resultantes de direito.

[Local], [dia] de [mês] de [ano]

[nome completo, sem abreviação]
[assinatura do representante legal do Município]

[nome completo, sem abreviação]
[assinatura do representante legal da contratada]